

Pesca artesanal e gestão de recursos marinhos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu

Djone Mário Camala¹

Resumo

Este trabalho avaliou as percepções dos pescadores artesanais residentes no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (PNTC) sobre a gestão e o estado de conservação dos recursos marinhos por eles explorados. Foram inquiridos 60 pescadores artesanais e foram entrevistadas nove pessoas. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva. No PNTC a pesca com embarcação é praticada por homens, nacionais e não nacionais, na sua maioria de 20 a 49 anos de idade. Pescam com rede de emalhar e armadilha, a maioria diz ter abandonado o uso da rede monofilamento, proibida pelo Parque. As principais espécies capturadas são *barbu*, *bagri*, *djafal*, *kurbina* e *bentana*. Os pescadores reconhecem a importância do Parque, contudo questões como o período de defeso biológico, o número de bóias centrais admitidas, a marcação do zonamento do Parque, entre outros, permanecem em contestação. A futura implementação de um seguro de defeso sugere-se como uma medida adequada.

Palavras-chave

pesca artesanal; gestão de recursos haliêuticos; conservação; ecossistemas; recursos marinhos; defeso biológico; Cacheu.

Manuscrito submetido em 15 de julho de 2021

Aceite em 21 de novembro de 2021

Publicado online em 31 de dezembro de 2021



Política de Privacidade
CC-BY-NC | Open Access
Creative Commons

¹ Organização para a Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas (ODZH); Trabalho desenvolvido no âmbito da licenciatura em Ciências do Mar e do Ambiente no Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Lusófona da Guiné, Bissau, Guiné-Bissau | djonemariocamalaa@gmail.com

Piska di kanua ku jeston di pis na Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu²

Djone Mário Camala

Rusumu

E tarbadju ta konta kuma ki piskaduris ku ta mora na *Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu* (PNTC) ta odja jeston di Parki ku kondison di piska. N' fasi inkeritu ku 60 piskaduris, n' intrivista tambu novi djintis. Informason analizadu ku statistika simplis. Na PNTC, tantu fidjus di Guine suma fidjus di utru tera ta piska ku kanua. Maior parti di elis i matchus ki tene entri 20 ku 49 anu. E ta piska ku ridia o ku iabal, maior parti kuma e para uza tchas pabia parki tudji kila. Pis ki mas ta panhadu i barbu, bagri, djafal, kurbina ku bentana. Piskaduris ta fala kuma parki i importanti, ma kusas suma tempu ku tudjidu piska (fitcha riu), numbru di boia sentral ku na admitidu ku markason di zonas di Parki, e ta tisi djumbulmani utrora. Midida ki dibi di tomadu na futuru i pa kria un suguru pa piskaduris ba ta pagadu na tempu di ficha riu.

Nomi-tchabi

piska di kanua; jeston di pis; konservason; ekosistema; kusa di mar; fitcha riu; Cacheu.

² Nota de edição: A ortografia do kriol segue o modelo proposto em Scantamburlo, L., *Dicionário do Guineense*, Vol. 2 (FASPEBI, Bubaque, 2002) e em Scantamburlo, L., *O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português* (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013).

O modelo económico dominante entende a natureza como fonte inesgotável de recursos e não compreende a necessidade de estabelecer uma política de gestão adequada, eficiente e que assegure a sustentabilidade (Santos *et al.*, 2012). No final do século XIX, os recursos marinhos eram tão abundantes que se diz que o biólogo britânico Thomas Huxley declarou, em 1889, que seriam mesmo inesgotáveis e que não haveria nada de sério que pudesse afetar o número de peixes (Mesquita, 2013). Contudo, atualmente, o padrão de consumo em vários contextos configura-se numa intensa exploração de recursos marinhos, levando ao afastamento da relação harmoniosa previamente existente em certos locais entre pessoas e natureza (Santos *et al.*, 2012).

Ainda assim, desde sempre, dada a sua importância económica e política, o mar constituiu uma preocupação para as sociedades. Os ecossistemas marinhos costeiros são zonas de alta produtividade primária, são geralmente de boa acessibilidade e, por isso, constituem centros preferenciais para a ocupação humana devido ao potencial de exploração que oferecem (Belchior, 2008). Desta forma, estes locais também se caracterizam pela forte ligação entre as pessoas e natureza, o que gerou saberes adquiridos através dessa relação.

Entretanto, o aumento da capacidade das embarcações e dos instrumentos de pesca conduziu ao aumento no consumo de pescado nos países da Europa, contrastando com a escassez dos cardumes. A sobrepesca nos mares europeus levou os armadores e empresas de pesca europeias a vasculhar os mares noutros continentes. Deste modo, as zonas costeiras de vários países africanos foram invadidas sobretudo por grandes barcos-fábrica e arrastões de países industrializados, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial (Diegues, 1983). A exploração de recursos marinhos além da sua capacidade de reposição natural, a poluição e a degradação dos ecossistemas são alguns dos fatores que contribuem para um cenário preocupante no que concerne à sustentabilidade dos oceanos e à qualidade de vida das pessoas que deles dependem para garantir a sua sobrevivência e bem-estar (Joventino *et al.*, 2013).

A pressão humana sobre o meio ambiente intensificou-se nos últimos anos, atingindo particularmente a plataforma continental da Guiné-Bissau. Uma vez que nas últimas décadas têm havido sinais claros de progressiva diminuição dos *stocks* de pescado, bem como da degradação dos habitats, tornou-se urgente a implementação de políticas de gestão responsável dos recursos e a conservação do ambiente marinho (Barri, 2008).

Neste contexto, a exploração desses recursos passou a ser um fator preocupante para os atores nela interessados e que buscam encontrar uma forma para a sua sustentabilidade (Sá, 2017). Para isso, é necessária troca de informação e conhecimento que garanta que os recursos naturais sejam utilizados de forma consciente e

inteligente, sem prejuízo para as futuras gerações que irão habitar o planeta e para a própria natureza (Silva, 2010). É necessária a criação de modelos de gestão que minimizem os problemas (Araújo, 2014).

Este artigo centra-se no estudo de caso do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (PNTC), localizado no norte da Guiné-Bissau. O peixe capturado pelos pescadores artesanais no PNTC é distribuído e vendido em todo país por vendedeiras de pescado (*bideras* em crioulo guineense) que se deslocam com os seus produtos para diferentes regiões do país. Esta rede abastece os guineenses de peixe proveniente da pesca artesanal, o que sublinha a importância desta atividade para a segurança alimentar a nível nacional.

Três perguntas são relevantes no contexto da gestão e conservação dos recursos naturais no PNTC: O que significa monitorizar a pesca dentro dos limites do Parque? E que estratégias são adequadas para a manter ou torná-la sustentável? Em que medida o conhecimento etnoecológico dos pescadores pode ajudar na implementação de políticas de gestão e de conservação dos recursos marinhos no PNTC? Este artigo pretende contribuir para responder a estas perguntas.

O presente trabalho situa-se no âmbito da relação entre conservação e desenvolvimento e tenta definir possibilidades para a sua compatibilização. Em particular, os objetivos deste trabalho visam essencialmente: a) caracterizar as perceções dos pescadores relativamente à pesca e às transformações decorrentes da implementação do PNTC, b) compreender as relações entre pescadores artesanais e a gestão formal do Parque, e c) recolher sugestões dos pescadores e dos gestores do Parque sobre a gestão e conservação dos recursos marinhos existentes.

Este estudo visa também contribuir para um melhor entendimento acerca do uso dos ecossistemas marinhos pelos pescadores artesanais e prestar um subsídio ao funcionamento do Parque como instituição estatal envolvida na gestão dos recursos naturais daquela área. Este trabalho pretende também contribuir para o desenvolvimento de políticas de gestão dos recursos adaptadas aos modos de vida e de relacionamento da comunidade local residente. De forma mais abrangente, o trabalho encontra-se alinhado com a política da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, luta contra a insegurança alimentar e redução da pobreza. Por fim, espera-se que o trabalho seja também um contributo para a gestão e conservação das espécies marinhas e, em particular, daquelas em vias de extinção.

A pesca artesanal e industrial na Guiné-Bissau

A plataforma continental da Guiné-Bissau tem cerca de 45 000 km² (Cabral, 2015) e insere-se nos 150 000 km² da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) (CSRP, 2016). A plataforma continental estende-se em direção ao sudeste do Arquipélago dos Bijagós, onde se distinguem três áreas de pesca bem definidas: a) uma área com

menos de 10 m de profundidade, 200 km de extensão e na qual pescam embarcações da pesca artesanal; b) uma área com profundidades entre 10 e 20 m, cerca de 26 000 km², onde opera a maioria das frotas estrangeiras; e c) uma área de 20 a 200 m de profundidade e de fundos irregulares (Reiner, 2002 como citado em Cabral, 2015).

Para fins de estatística pesqueira, os recursos pesqueiros são explorados por dois tipos de frotas de características bem distintas: as artesanais e as industriais. Essa diferença baseia-se no Decreto-Lei n.º 6-A/2000 de 22 de agosto e no Decreto n.º 24/2011 de 7 de junho, que considerou a frota artesanal como aquela sem motor ou cujo motor não ultrapassa os 60 cv, podendo, desta forma, pescar em toda a faixa costeira bem como nos rios e no Arquipélago dos Bijagós. As frotas industriais, por sua vez, devem desenvolver as suas atividades a partir das 12 milhas das águas territoriais (Sobrino *et al.*, 2017).

Na Guiné-Bissau, a pesca artesanal assume um papel relevante na segurança alimentar e na eventual melhoria das condições de vida da comunidade local, considerando o número elevado de postos de trabalho permanentes e sazonais gerado nesta atividade.

A pesca industrial é caracterizada pelo uso de barcos de grande porte, em geral apetrechados de materiais que auxiliam a navegação e a deteção de cardumes (Intchama & Araujo, 2010). A título de exemplo, a frota de pesca dirigida aos peixes e cefalópodes é formada por navios industriais, cujo comprimento varia de 18 a 60 m, tonelagem de arqueação bruta (TAB) que varia de 133 a 702 e uma potência de motor entre 430 e 11 509 cv (Sobrino *et al.*, 2017).

Considerado um dos sectores mais importantes para a economia, o sector da pesca industrial não oferece um número considerável de empregos aos pescadores nacionais, se comparado ao sector da pesca artesanal. Isto apesar de representar um maior retorno financeiro ao Estado devido aos acordos de pesca assinados com os parceiros internacionais.

Em geral, há pouco conhecimento sobre o volume de capturas e os benefícios socioeconómicos gerados pelo sector pesqueiro. Segundo Cabral (2015, p. 17) “as estimativas não são consistentes e não apresentam uma visão clara da situação do sector”. Esta falta de informação fiável relaciona-se com a falta de recursos humanos e com o grande número de locais de descarga sobretudo na pesca artesanal.

Recursos naturais comuns

Em 25 de junho de 1968, o biólogo norte-americano Garrett Hardin no seu artigo “*The tragedy of the commons*” (“A tragédia dos comuns”) advertiu para dois fatores humanos que provocam mudanças ambientais: o primeiro refere-se ao aumento da procura de recursos naturais e de serviços ambientais, resultante do crescimento da população humana e do aumento do consumo de recursos *per capita*; o segundo é a

forma pouco sustentável através da qual os humanos exploram os recursos comuns (Dietz *et al.*, 2003). Trata-se de uma situação em que os interesses pessoais colocam em risco os interesses coletivos, visto que quanto mais se utiliza estes recursos comuns, menos restará para os demais. Hardin assume que cada usuário tentará extrair o máximo, o que acabará por prejudicar todo o coletivo que utiliza e necessita desse mesmo recurso (Aguiar & Ítavo, 2014) e não tem em conta a possibilidade de medidas de gestão coletivas e eficientes.

Apesar do trabalho de Hardin ter sido amplamente influente, acabou por ser muito criticado por ser demasiado simplista. Alegou existir apenas dois arranjos institucionais, o governo centralizado (sistema político em que o poder político e administrativo é concentrado nos órgãos centrais do Estado) e a propriedade privada. Ele presumiu que os usuários de recursos seriam incapazes de autonomamente criar soluções para a sua sustentabilidade (Dietz *et al.*, 2003).

Contrariamente, alguns dos seus críticos, como por exemplo Dietz, Ostrom e colaboradores, afirmaram que Hardin se centra numa situação hipotética, desregulada e de livre acesso. Contudo, ao regime de propriedade comum corresponde muitas vezes uma regulação concreta que define o acesso, uso e exploração dos recursos naturais comuns (Ballesteros & Alcoforado, 2009). Daí que para Moretz-Sohn *et al.* (2013), a gestão eficiente das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) necessite de uma gestão participativa desde a sua criação.

No caso do PNTC, objeto de estudo deste trabalho, que inclui uma zona marinha e outra terrestre, é necessário caracterizar as condições atuais que governam a gestão da pesca a nível da comunidade e do Parque e, caso seja necessário, devem ser criadas condições para uma atualização ao processo de gestão da pesca para melhor assegurar a conservação da natureza, a sustentabilidade dos recursos e a melhoria do nível de vida dos pescadores. Para tal, os saberes e as perspetivas dos pescadores artesanais acerca das várias formas de gestão dos recursos haliêuticos são de extrema importância.

Conhecimento etnoecológico dos pescadores artesanais

A organização social da pesca artesanal, nomeadamente os seus processos de interação, produzem um sujeito social denominado *pescador*, dotado de conhecimento “que viabiliza não só sua atividade profissional, mas, também, sua reprodução sócio-cultural” (Mendonça, 2006, p. 20). Durante o processo de trabalho, os pescadores estabelecem uma relação com os elementos da natureza (Maia, 2014). Essa forma de obtenção de conhecimento dá-se pela observação direta dos fenómenos naturais bem como pela experiência que resulta da atividade de exploração dos mesmos e que se transmite por meio da oralidade (Clauzet, 2009).

Assim, no contexto da gestão da pesca, é importante envolver de forma evidente

os pescadores na sua execução, seja para a criação de áreas de conservação, ou quotas de pesca, como regulamentos de pesca, pois todo o conhecimento local é crucial para a elaboração dessas políticas (Silveira, 2011). Para Cortez (2010, p. 18) “as políticas públicas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável devem levar em consideração as demandas e os contextos socioculturais das populações locais em sua diversidade”. Para isso, ao realizar uma pesquisa sobre a pesca artesanal, torna-se importante reconhecer especificidades culturais e regionais. Além do mais, o conhecimento local dos pescadores artesanais deve manter-se importante para a formulação, implementação, melhoria e adequação de políticas de gestão delineadas longe dos ambientes socioecológicos aos quais dizem respeito.

Áreas protegidas

Com o objetivo de promover uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, criou-se em 1948 a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), organização da qual a Guiné-Bissau é membro. É mencionado na contracapa de “As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?” que a respetiva organização tem tentado “influenciar, encorajar e auxiliar sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, além de assegurar que toda utilização de recursos naturais seja feita de modo equitativo e ecologicamente sustentável” (Scherl *et al.*, 2006). A UICN criou, em 1949, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP) tendo como objetivo a promoção e monitorização dos parques nacionais e outras áreas, assim como orientar a sua gestão (Chagas, 2013). No contexto da conservação dos oceanos e das zonas costeiras, a criação de AMP é tida como um passo técnico e legal importante para a gestão ambiental (Moretz-Sohn *et al.*, 2013).

Na Guiné-Bissau foi criado o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) que, em 2014, cobria uma superfície total de cerca de 470 000 ha, aproximadamente 15% do território do país (IBAP, 2014), e cuja responsabilidade administrativa foi atribuída ao Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). A rede de áreas protegidas encontra-se distribuída de forma equilibrada, considerando a representação dos diferentes ecossistemas naturais e da diversidade biológica existente no país. Cobre meios marinhos e terrestres, zonas húmidas e mangais. Em particular, as AMP e as zonas de pesca regulamentada desempenham um papel crucial na reprodução e regeneração da biodiversidade marinha, garantindo continuidade na capacidade de exploração destes recursos estratégicos (Barros *et al.*, 2013).

Desde 2014 o SNAP viu a área classificada como protegida aumentar. Atualmente, as sete áreas com algum estatuto de proteção correspondem a 26,3% do território (SEA, 2019). A Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAP) abrange a Área Mariinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok, o Parque Nacional de Orango, o

Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, o Parque Natural das Lagoas de Cufada, o Parque Nacional de Cantanhez e o Complexo Dulombi, Boé, Tcheche.

Apesar de as áreas protegidas serem consideradas um instrumento fundamental para a gestão e conservação da biodiversidade e para conter o uso predatório dos recursos naturais, na prática têm vindo a enfrentar diversas dificuldades de gestão, pois a sua criação não tem sido suficiente para assegurar a proteção dos recursos naturais e culturais (Mattos *et al.*, 2011). Para Dias-Neto (2010) a gestão apropriada e sustentável dos recursos pesqueiros exige dos principais tomadores de decisão, o suporte de conhecimento aprofundado. Considerando isto e visto que a gestão sustentável dos recursos naturais de uso comum é de fundamental importância para o bem-estar comunitário, é necessário definir quais as condições que devem ser criadas de modo a desenvolver um processo de gestão conjunta da pesca com vista à sua sustentabilidade. Estas ideias parecem importantes eixos orientadores para analisar o caso do PNTC.

Métodos

Com vista a avaliar as perceções dos pescadores artesanais residentes no PNTC sobre a gestão dos recursos marinhos, seguiram-se duas abordagens de pesquisa em momentos diferentes. Primeiro foi utilizada a abordagem quantitativa através de inquéritos e depois a abordagem qualitativa através de entrevistas semiestruturadas.

Deste modo, vale a pena esclarecer algumas diferenças entre as duas abordagens. Por um lado, as abordagens quantitativas geram amostras grandes e um conjunto de dados que pode ser analisado por meio de técnicas estatísticas (Pereira *et al.*, 2018). Por outro lado, os métodos de pesquisa qualitativa preocupam-se mais com o aprofundamento e a compreensão das perspetivas de determinado grupo social e dos indivíduos sobre determinada problemática (Gerhardt & Silveira, 2009).

Área de estudo:

O Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (PNTC)

O PNTC (Figura 1) fica situado no litoral norte da Guiné-Bissau na região administrativa de Cacheu, junto do estuário do Rio Cacheu, compreende os sectores de Cacheu e São Domingos e contava, em 2014, com cerca de 28 050 habitantes distribuídos por 44 tabancas (IBAP, 2014).

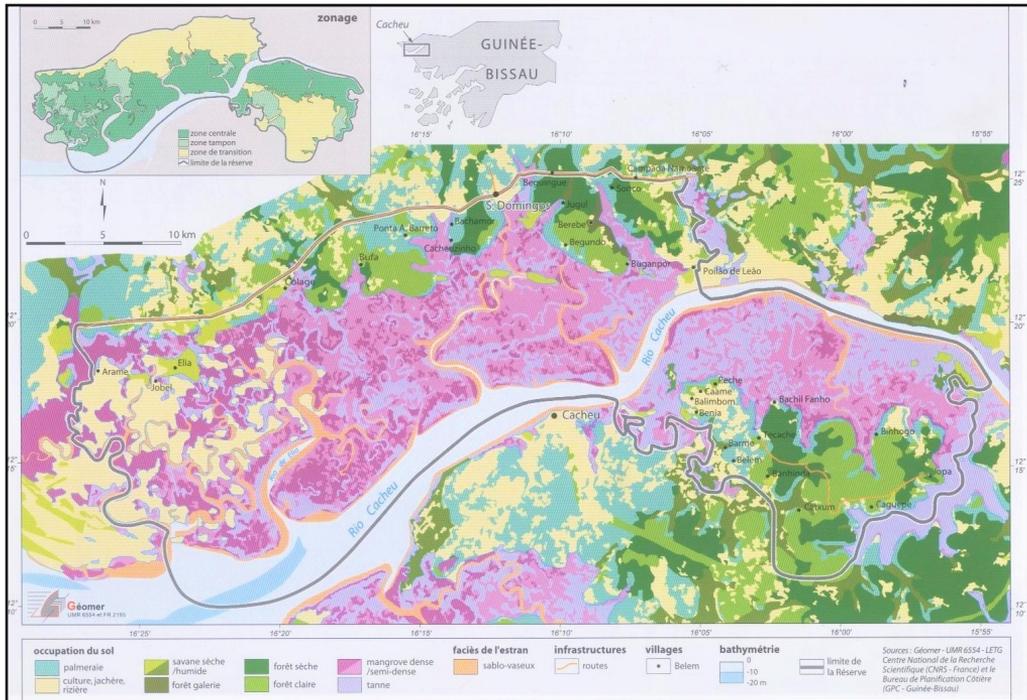


Figura 1 - Mapa do PNTC. Fonte: Géomer – UMR 6554 – LETG; Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, França) e Gabinete de Planificação Gosteira (GPC, Guiné-Bissau). Disponível em: <https://ecoturismo.ibapgbissau.org/publicacoes.html>

O Parque é limitado a norte pela estrada de Suzana (Secção de São Domingos), a leste pelo Rio Antoninho e rios de Djopa, a sul pela baixa do Rio Cabói e a oeste pelo Rio Bolor e o Rio Defename (PGPNTC, 2008; Regulamento Interno, 2011). O PNTC possui uma superfície de 88 615 hectares e a sua localização é dada pelas coordenadas 12°10'00"N-12°25'00"N e 15°55'00"O-16°32'00"O (PGPNTC, 2008). As cidades de Cacheu, na zona sul do Parque e São Domingos, na zona norte do Parque, estão no seu limite (IBAP, 2014). Estima-se que 68% do seu território seja povoado por mangais, representando o maior bloco contínuo da África Ocidental e cobrindo cerca de 30 000 hectares. No PNTC foram identificadas cinco espécies de mangais: *Rhizophora mangle*, nas zonas que compreendem solos pouco consolidados e que são sujeitos a inundações periódicas, e as *Avicennia germinans*, *Laguncularia racemosa*, *Conocarpus erectus* e *Rhizophora harrisonii* (Ramsar, 2015). De acordo com o PNUD (1997, p. 69) “da superfície total do Parque, 57% são zonas de preservação, 28% zonas tampão e 15% zonas de desenvolvimento de atividades locais”.

Esta pesquisa foi desenvolvida na zona sul do Parque junto ao estuário do Rio Cacheu, principalmente nos portos de pesca da cidade de Cacheu onde se verifica uma clara concentração das atividades ligadas à extração dos recursos marinhos,

como a pesca, recolha de mariscos, corte de mangal para a recolha de ostras e construção (PGPNTC, 2008).

Recolha de dados

Em primeiro lugar, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, ou pesquisa em fontes secundárias, em bibliotecas como a do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e em bases de dados como a da Associação Caminho de Escravos (em Cacheu). Consultaram-se relatórios de instituições como o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA), o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla inglesa), o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Secretariat of Food and Nutrition Security (SESAN). Recorreu-se igualmente a teses, artigos em revistas científicas, livros e atas de conferências disponíveis na internet.

O trabalho de campo realizou-se entre 3 de março e 2 de maio de 2019. Foi utilizado um diário de campo onde se anotaram observações e notas de análise. Neste diário de campo foram igualmente registadas observações acerca da chegada de canoas de pesca e descargas diárias de peixe nos diferentes portos de Cacheu, destacando-se aqui o Porto de Correia, Porto de Crumadjaque, Porto da Ex-Pescarte, Porto Grande, Porto de Ramas-Baluarte e Porto de Viguipeca. O registo foi feito para certas modalidades e artes de pesca, tais como as de rede de arrasto e armadilha (*iabal* em nhominka e incorporado no crioulo guineense) com o máximo de 100 anzóis.

No sentido de aceder às perspetivas dos profissionais envolvidos na pesca artesanal, foram realizados inquéritos a 60 pescadores. Os inquéritos visaram sobretudo obter informações sobre o perfil dos pescadores, das artes de pesca e das perceções acerca da gestão de recursos haliêuticos e dos ecossistemas marinhos e assuntos com eles relacionados. Estes inquéritos foram realizados entre 3 de março e 30 de abril de 2019.

Para completar informações obtidas com os inquéritos e com o objetivo de envolver informantes-chave afetos à pesca artesanal e/ou à gestão dos recursos marinhos no PNTC, foram realizadas entrevistas com os presidentes da Associação de Pescadores e Badeiras da Região de Cacheu (APESBIRCA) e da Ndjonande (traduzido em crioulo significa *No mama* e em português “Sejamos irmãos”), e com o vice-presidente da Associação dos Pescadores de Cacheu (APESCA), que representam pescadores no ativo. Também foi entrevistado um pescador não nacional, dois pescadores idosos (um ainda no ativo), um pescador jovem e um agente de conservação do Parque. Finalmente, foi entrevistada a vice-presidente da Associação de

Mulheres e Amigos dos Pescadores de Cacheu (AMAPESCA) por serem as mulheres as principais responsáveis por fazer chegar o pescado junto dos consumidores. As entrevistas foram todas feitas em crioulo guineense.

Os nomes dos pescadores entrevistados foram codificados em letras e números, X1, X2, X3, X4, X5, X6 e X7 para respeitar a necessidade de anonimato.

Os dados obtidos nos inquéritos foram organizados por categorias de resposta e organizados numa base de dados sujeita a seriação em tabelas dinâmicas e estatística descritiva. Procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas após a sua transcrição tentando relacionar, comparar e situar as narrativas de diferentes entrevistados e entrevistadas. Expressões em crioulo são assinaladas com a abreviatura cr.

Resultados

Perfil dos pescadores artesanais inquiridos

Os pescadores inquiridos foram todos homens, não foi encontrada nenhuma mulher a pescar com embarcação. A maioria dos pescadores inquiridos residentes no Parque são nacionais (70%, N=60). Contudo, a pesca no Parque é praticada também por pescadores de outras nacionalidades como os de nacionalidade senegalesa (28%), e de nacionalidades da República da Guiné-Conacri e República da Gâmbia (2% respetivamente). Sobre o local de nascimento, quase metade dos inquiridos nasceram e residem na cidade de Cacheu (48%, N=60), e outros são pescadores oriundos do Senegal (25%), mais precisamente de Dacar, Fatin, Socon e Ziguinchor. Outros nasceram em Bissau (5%) e Bolama (3%). Destacam-se ainda, entre os inquiridos, os que são provenientes da Gâmbia (Badibou) e da Guiné-Conacri (Mamoun) que correspondem a 2% cada. Também houve aqueles que nasceram em aldeias da Região de Cacheu, como Elia, Mata e Suzana (3% cada) e Bassarel, Bolol e Djobel (2% cada).

A idade dos pescadores inquiridos variou entre 19 e 63 anos, tendo a idade sido agrupada em classes. Pode constatar-se que a maioria dos inquiridos se situou na faixa etária de 30 a 39 anos (40%), seguida pela faixa etária de 40 a 49 anos (27%) e 20 a 29 anos (22%). Com menos frequência, incluem-se inquiridos de classes etárias mais avançadas, nomeadamente os de idade entre 50 e 59 anos (7%) e de 60 a 69 anos (um inquirido). Apenas 2% dos inquiridos tinha entre 10 e 19 anos.

Um pouco mais de metade dos pescadores, 52% (N=60) iniciou a prática da atividade de pesca com idade inferior a 15 anos, 28% começaram a pescar entre os 15 e os 18 anos e 15% iniciaram a pesca entre os 19 e os 22 anos. Apenas 2% dos inquiridos iniciaram a atividade de pesca com mais de 30 anos e dois inquiridos não responderam a esta pergunta.

No que se refere à habitação, a maioria dos inquiridos não são proprietários da casa onde moram (77%, N=60) em comparação com aqueles que são proprietários da casa onde residem (23%). Uma grande parte dos inquiridos não referiram com quem moravam (32%), alguns habitam em casa dos pais (20%), outros alugam (20%) ou vivem em casa de avós (3%) ou de irmãos (2%).

A maior parte destes pescadores são solteiros (51%, N=60) e outros são casados segundo os usos e costumes (45%). Houve apenas um inquirido viúvo e um divorciado (2% cada).

Em relação à escolaridade dos inquiridos, a maioria completou o 9º ano, ou seja, concluiu o 2º ciclo (33%, N=60), seguidos dos que apenas concluíram o 1º ciclo (6º ano, 20%), e 18% concluíram o 12º ano. Cabe ainda referir que 13% dos inquiridos nunca foram instruídos nas escolas formais e 7% apenas concluiu o 4º ano, isto é, o ciclo de estudos obrigatório na Guiné-Bissau. Finalmente, há ainda 5% que frequentaram escolas corânicas. Apenas um inquirido cursou além do 3º ciclo e frequentava na altura o Centro de Formação de Professores de Cacheu.

Artes de pesca e caracterização da pesca em Cacheu

No que refere às artes de pesca, a maioria dos pescadores pescam principalmente com rede de emalhar (*ridia di malia*) (linha) com malhagem que vai de 30 a 120 mm. No que diz respeito ao tipo de material utilizado para capturar peixe e/ou camarão, a técnica preponderante é a rede de linha (76%, N=67 do total das respostas³), seguida da armadilha (*iabal*, cr, 16%). Outros tipos de estratégias de pesca menos frequentes constituem a rede de náilon, a rede de arremesso ou tarrafa (*ridia di ramanga*, cr) e pesca à linha de mão e anzol (5% cada) e, por fim, 3% das respostas correspondem ao uso de rede de camarão.

A maioria dos inquiridos pratica a atividade há 16 a 20 anos (27%, N=60), 20% praticam há 11 a 15 anos, 18% há 21 a 25 anos, 10% há 26 a 30 anos e também 10% praticam atividades de pesca há mais de 30 anos. Apenas 8% pratica a pesca há 6 a 10 anos e 7% há menos de 6 anos.

A grande maioria dos inquiridos não recebeu qualquer formação formal em pesca (82%, N=60), enquanto 18% receberam formação no que concerne às artes de pesca. De entre os que receberam formação nas artes de pesca, a maioria recebeu formação na ex-Pescarte em Cacheu, e outros em Bissau, em Bolama, no PNTC, em Tcheden-a (*Tchon di Bidjugu*, cr, Chão dos Bijagós) e no Senegal. Destaca-se um inquirido que recebeu formação de primeiros socorros relacionados com acidentes com embarcações de pesca, considerada importante pelo inquirido.

³ Pergunta de escolha múltipla em que o inquirido podia escolher mais do que uma hipótese de resposta.

A escolha da profissão no sector da pesca está intimamente relacionada com a tradição familiar (72%, N=60). Outras justificações têm a ver com a hipótese de adquirir um rendimento (15%) ou amor à atividade da pesca (8%). As condições precárias da família levaram alguns à pesca (5%), enquanto outros sublinharam a escolha estar relacionada com a falta de opções (*djitu ka ten*, cr), o facto de ser o único trabalho possível disponível (*i uniku tarbadju ku ten*, cr) ou ter sido influência de outros colegas pescadores.

De uma maneira geral, a pesca neste contexto tem como objetivo garantir o sustento do quotidiano. O dinheiro advindo da venda do pescado serve principalmente para alimentação, pagar a escolaridade dos filhos e a manutenção dos materiais de trabalho (redes de pesca, a canoa e o motor).

Quanto aos principais peixes capturados, as respostas apontaram para a captura maioritária de *barbu* (22%, N=110 respostas), seguido de *bagri* (14%), *djafal* (12%), *kurbina* ou *ohai* e *bentana fora* (7% cada). Outras espécies menos representadas nas descrições dos pescadores foram *kamaron* (5%), *bekuda* (5%), *ntoni boka* (4%), *teinha* (4%) e extração de ostra (4%). Entre as espécies menos capturadas contam-se *kat-chureta*⁴, *kasapai* (cr), *kor-kor*, *djoto*, *iskilon*, *kaudu*, *lula*⁵, *pis-mantchadu*, *pis-reia* e *sareia*.

Quanto à sazonalidade da pesca, o período de maior captura recai sobre a época da chuva (53%, N=60), enquanto que 37% dos inquiridos apontam para a época da seca. Um menor número de inquiridos, 5%, diz que não ter preferência quanto à época para a pesca, 3% afirmaram que depende da época.

Sobre o período do dia de maior captura, há um número apenas ligeiramente maior de pessoas que indicou que a captura de pescado é maior durante o dia (40%, N=60) do que à noite (35%). Dos inquiridos, 23% responderam que não depende do período noturno ou diurno, mas sobretudo da maré.

Durante a condução desta pesquisa observou-se que o gelo, ou seja, o resfriamento – o mais simples método de conservação do pescado –, é um dos fatores limitantes da pesca no PNTC porque para ir pescar é necessário dispor de gelo suficiente desde a partida até ao regresso. Muitas vezes, o pescador deixa de ir ao mar por não conseguir obter gelo para a embarcação. Apesar de o gelo constituir um elemento determinante no que concerne à pesca, os que utilizam o método de salga levam mais dias no mar antes de voltar ao porto de descarga.

No que respeita às zonas visitadas pelos pescadores, a mais visitada é a zona interior do rio (19%, N=74), seguida das zonas de *tarafi* (cr, 18%), zonas longe do *tarafi* (15%), zonas fora dos limites do Parque (13%) e bancos de areia (8%). Respostas me-

⁴ *Scomberomorus tritor*.

⁵ *Loligo vulgaris*.

nos frequentes correspondem a quem diz que pesca no canal, na ilha Caravela, na ilha de João Vieira/Poilão, Bianga, em Varela, Farol, Apintcha⁶, Bissassuma, Candjallan, Caió, Mata, Pikil, Plindam e Pontão ou no oceano.

A maioria dos entrevistados afirmou que o *tarafi* (o mangal) tem muita importância (60%, N=60). Das respostas dadas para explicar essa importância, 15% apontaram que o *tarafi* serve para o fornecimento de madeira para construção de casas, fumagem de peixe (14%), e construção de vedações nos quintais (3%). Outras explicações apontaram para outras funções que estes ecossistemas costeiros desempenham, como a luta contra a erosão costeira, ou a sua função como local de reprodução, alimentação e refúgio de juvenis de várias espécies. Um número reduzido de inquiridos afirmaram que o *tarafi* não tem importância.

No que se refere a quem deve cuidar do *tarafi*, 36% (N=72) das respostas correspondem a opiniões de pescadores que consideram que deve ser a população local a sua principal gestora e cuidadora. Outras respostas apontaram o Parque (25%), os pescadores (13%), 12% das respostas refletem a ideia de que o *tarafi* deve ser cuidado por todos, enquanto outras respostas mencionaram o Governo e os agricultores (4% cada). Quatro inquiridos não responderam à pergunta.

Os pescadores entrevistados referem que antes havia arrozais ao longo da zona de transição entre as partes terrestre e marítima. Vários entrevistados acham que o corte do *tarafi* que protegia a costa tem um papel na danificação das bolanhas pela água salgada.

Quanto à preocupação dos inquiridos sobre o futuro dos recursos naturais no Rio Cacheu, 53% (N=60) declararam que estão muito preocupados, 18% afirmaram que não estão preocupados, e 7% disseram que estão pouco preocupados. Treze inquiridos não responderam a esta pergunta.

Os principais problemas sobre a pesca no Rio Cacheu atualmente relacionam-se com a falta de gelo para a conservação do pescado (63%, N=83), falta de peixe (26%) e fiscais do Parque (7%). Três inquiridos não responderam essa pergunta.

Perspetivas acerca do PNTC

Começando pelas perceções gerais sobre o Parque, 45% (N=60) dos inquiridos afirmam que o Parque é um parceiro, 30% consideram-no “amigo” e 8% “inimigo”, ao passo que 5% classificam-no como um elemento “perturbador”. Um número relevante de inquiridos, 15%, não respondeu a esta questão.

De forma semelhante, algumas pessoas afirmaram que o Parque serve o bem da população (33%, N=60) e ajuda aos pescadores (30%). Contudo, outras indicaram que

⁶ Esses nomes correspondem às diferentes áreas (acampamentos de pesca) visitadas pelos pescadores, porém, todas localizadas fora da área limite do PNTC.

o Parque só serve os seus próprios interesses (15%) e, para tal, castiga os pescadores. Sete inquiridos não responderam a essa questão.

Todos os inquiridos reconheceram a existência de regras que foram implementadas pelo Parque, todos concordam que são de boa intenção, apesar de difíceis de cumprir. Durante as entrevistas, os pescadores apontaram preocupações particulares e relevantes para entender o contexto de relação com os responsáveis do Parque. O entrevistado X7 afirmou que em reuniões em que ele participou houve necessidade de discutir as regras implementadas pelo Parque, pois considera-se ser injusto cumprir leis criadas por lavradores e não por pescadores:

Nas nossas reuniões costumamos discutir a desproporcionalidade das regras aplicadas pelo Parque, visto que favorecem mais os que não pescam, pois [as regras] foram feitas por agricultores. Nós cumprimos tudo, pagamos documentos que custam mais de 300 000 XOF para depois sermos impedidos de pescar. Estas regras vêm das aldeias vizinhas e não dos pescadores de Cacheu.⁷

As políticas de conservação do Parque incluem diversos tipos de proibições e obrigações. Atualmente, é proibida a pesca com certos materiais, como por exemplo a rede monofilamento ou *tchas* (cr) ou canoas com motor superior a 15 cv e o número máximo de boias centrais é 22. A maioria dos inquiridos, 85% (N=60), afirmaram estar de acordo com estas regras, 3% disseram que não estão de acordo e 7 inquiridos não responderam à pergunta.

Foram proibidos certos modos de pesca e, por esse motivo, alguns pescadores alteraram os tipos de arte de pesca que utilizavam. A maioria, 72% (N=60), afirmou que mudou os seus materiais e técnicas de pesca e, em particular, 22% referiu especificamente que deixou de utilizar a rede monofilamento. Dos inquiridos, 6% não respondeu a esta pergunta.

Sobre as percepções dos pescadores acerca do período de defeso, a grande maioria dos inquiridos, 82% (N=60), afirmou estar de acordo, 10% mencionaram que não estão de acordo e cinco inquiridos não responderam à pergunta. Durante o período de defeso biológico, 87% (N=60) disseram ficar em casa sem ir pescar, enquanto os restantes 13% disseram que pescam durante esse período.

Os entrevistados referiram haver um aumento das capturas depois do fim do período de defeso biológico⁸, o que coincide com a abertura do rio. Contudo, a limi-

⁷ *Na no runions no kustuma diskuti kuma Parki aplika regras ku ta favorisi kilis ku ka ta piska pabia elis i labraduris i anos ku ta kumpri no ta paga dukumentu mas di 300 000 cfa pa dipus tudjidu piska. Pabia es regras bin mas di tabankas arendoris i nau di propi piskaduris di Cacheu.*

⁸ Espécies como o *barbu*, a *bekuda* e a *kurbina* ou *ohai* sobem o rio para a reprodução.

tação da pesca nesse período não é bem vista por todos os pescadores pois, para alguns, se se limitar a pesca dentro do rio, deve também cessar a pesca industrial nas águas do país durante o mesmo período. Há um sentimento de marginalização que leva alguns pescadores a desanimarem-se com a atividade e, por vezes, a abandonarem. Para outros, o Parque deveria seguir uma política de apoio aos pescadores pois, muitos, como por exemplo aqueles que possuem canoas movidas a remo, não possuem meios suficientes para sair do rio e ficam impossibilitados de pescar. Na opinião do entrevistado X1 que falou da atuação do Parque no controlo das regras de pesca no PNTC:

Se continuassem a controlar seria bom, mas se não controlarem só vão fazer com que estejamos uns contra os outros porque uns podem pescar dentro do rio, enquanto outros saem fora do rio. Das regras do Parque, sou contra aquela do número máximo de 22 boias centrais, dantes tinha 40 boias centrais.⁹

Contrariamente, o entrevistado X5 refere o seguinte:

A regra do Parque é boa porque se não as futuras gerações não vão conhecer os peixes, os peixes vão acabar por fugir, dantes quando éramos crianças, lançávamos a rede, antes de chegar ao rio Viriato já se tinha conseguido suficiente. Agora lança redes e não se apanha nada.¹⁰

Sobre a fiscalização no Parque, 98% (N=60) dos inquiridos respondeu que os agentes do Parque fazem a fiscalização, enquanto que um inquirido não respondeu a esta questão. No que diz respeito a sanções aplicadas pelo Parque aos infratores, 93% (N=60) dos inquiridos disseram que há sanções. Quatro inquiridos não responderam a esta questão.

A falta de funcionamento de um dos motores de uma das vedetas da equipa de fiscalização resultou em insucesso nas atividades de fiscalizações (fiscalização com irregularidades) durante o período de defeso que decorreu entre 1 de junho e 31 de agosto de 2019.

A relação entre os pescadores e os fiscais do Parque nem sempre é tranquila. Os pescadores demonstraram-se preocupados com a existência de punições, multas, e com a queima dos tipos de rede proibidos. A postura autoritária dos responsáveis da fiscalização não incentiva à cooperação com o Parque, disseram alguns.

⁹ *Si e kontinua kontrola i era bon ma si e ka na kontrola e na fasinu son no sta kontra n'utru pabia utrus pudi ba ta piska dentru riu nkuantu utrus na sai fora di riu. Regra di parki n kontra kil di 22 boia sentral. Antis n'teneba 40 boias sentral, gosi 22.*

¹⁰ *Regra di parki i bon pabia si i ka kilaba no mininus ka na bin kungsi pis li, pis na kaba di kuri. Ki tempu odjanuba mininu bu ta lansaba ridia, antis di bu tchiga riu Viriato bu ta panha dja pis sufisienti, ma gosi bu ta lansaba ridia bu ka ta panha nada.*

Aproximadamente metade dos inquiridos, 48% (N=60), diz nunca ter tido interações problemáticas com os fiscalizadores do PNTC. Contudo, outros apontaram diferentes fatores que causaram desentendimentos e/ou conflitos com os responsáveis pela fiscalização do Parque. Estas situações relacionam-se com as práticas de controlo da fiscalização que acontece nos seguintes âmbitos: a) controlo de documentos (25%), tais como a licença de pesca ou a documentação da canoa, b) controlo do número total de boias¹¹ (18%), cujo número máximo imposto pelo Parque atualmente é de 22 por rede, c) obrigatoriedade de deter “senha de saída” (senha que o pescador deve adquirir junto da Capitania dos Portos antes de partir para a pesca, 12%), d) obrigatoriedade de disponibilidade de coletes salva-vidas na canoa (8%), e) proibição do uso da rede monofilamento (7%), f) limite relativo à potência do motor (2%), g) fecho do rio¹² no período de defeso que alguns consideram demasiado longo (2%), h) obrigatoriedade de possuir um extintor na embarcação (3%), e i) a malha de rede permitida (2%). Seis inquiridos não responderam a esta questão.

De forma análoga, as questões que mais se discutem entre os pescadores e o Parque dizem respeito a: a) a redução do número de boias (22%, N=68), b) o fecho do rio (12%), c) a proibição de corte de *tarafi* (10%), d) a documentação (7%), e) regras que limitam a pesca (7%), por exemplo, pescar com rede dentro dos limites do Parque no período de defeso biológico, proibição do uso de rede monofilamento, entre outras, f) zonamento de áreas autorizadas e proibidas para a pesca (4%), g) necessidade de colete salva-vidas na embarcação (3%); h) problemas de relacionamento com os fiscais do Parque (2%); i) a redução da malha da rede até 30 mm (fixada pelo Ministério das Pescas, 2%); queima de redes apreendidas pelo Parque (1%). Possivelmente decorrente da sensibilidade da pergunta, 10% dos inquiridos disseram que não entram em discussões com o Parque e 20% não respondeu à pergunta.

Durante uma entrevista em 7 de maio de 2019 com um dos agentes do Parque sobre as relações entre o Parque e os pescadores artesanais residentes, tornou-se claro que se verificam conflitos entre as partes. Estes conflitos tiveram início em 2004, ou seja, quatro anos após a institucionalização do Parque, aquando da aplicação das regras de pesca.

Apesar dos conflitos, grande parte dos inquiridos estão de acordo com alguns trabalhos que o Parque tem vindo a desenvolver com alguns dos pescadores. Segundo o entrevistado, os trabalhos desenvolvidos pelo Parque desde a sua institucionalização dizem respeito a repovoamento de mangais, reflorestação e fiscalização de

¹¹ Anteriormente um pescador pescava de acordo com as suas possibilidades, podendo utilizar uma rede comprida (com muitas boias) ou mais curta e portanto com menos boias.

¹² O período de defeso biológico durante o qual se condiciona a pesca.

áreas terrestres e marinhas, sensibilização das comunidades que fazem parte do Parque, desenvolvimento de atividades de educação ambiental nas diferentes escolas, informação aos mais novos acerca da gestão e da conservação dos recursos e ajuda às comunidades através de microcréditos para associações locais.

O Parque tem feito repovoamento do mangal ao longo da costa para impedir o avanço da erosão. O IBAP desenvolveu atividades de repovoamento de *tarafi* em Bolol através da aplicação de uma nova tecnologia de repovoamento denominada Regeneração Natural Assistida¹³. Segundo a entrevista com um dos agentes do Parque, os próprios pescadores teriam reivindicado que fossem tomadas medidas:

[Os pescadores] disseram que esta é uma área protegida, mas não há recursos. De vez em quando os recursos diminuem. Dantes sabíamos que o rio Cacheu era um dos que produzia muito peixe, agora esse estatuto não se está a verificar.¹⁴

Segundo o entrevistado, o IBAP fez um inquérito com o objetivo de descobrir a razão da falta de pescado no Rio Cacheu. Os resultados mostraram que uma das causas da diminuição dos recursos haliêuticos se encontrava relacionada com as práticas de pesca, o aumento do número de pescadores, a utilização de materiais sofisticados e a forte presença de pescadores não nacionais, contou o entrevistado. Então o IBAP recorreu ao CIPA, que é o instituto responsável pela investigação no sector pesqueiro que, por sua vez, fez um estudo de três anos para determinar o que deveria ser feito para recuperar capturas e, conseqüentemente, recuperar a distribuição e abundância das espécies. Este estudo chegou à conclusão de haver necessidade de criação de regras de pesca no Rio Cacheu, nomeadamente a determinação de um período de defeso.

Depois disto, afixaram-se placas com as regras de pesca e, durante três meses, os pescadores participaram nas atividades que o Parque dinamizava. Contudo, segundo este entrevistado, quando se aplicaram as regras, e em particular as do período de defeso, alguns pescadores começaram a reivindicar o seu cancelamento referindo que não podiam pescar com armadilha.

O agente do Parque afirmou que as vozes dos pescadores são ouvidas pelo Parque pois este tem em conta as suas preocupações e lembrou que no segundo ano, após a implementação do período de defeso, houve uma outra situação conflituosa

¹³ Segundo este método, numa bolanha que não tem condições para ser cultivada, cortam-se os diques deixando entrar a água salgada juntamente com os propágulos (*kaneta di santchu*) e, ao sair a água, mantêm nesse lugar alguns propágulos que depois nascem e formam mangais.

¹⁴ *E fala kuma es i aria prutijida ma no ka sta na odja rekursus. Rekursus sta na raparti di ves en kuandu. Ki tempu no sibiba kuma Rio Cacheu i um di kilis ku ta produziba pis manga del ma gosi kil statutu ka sta na odjadu.*

na qual os pescadores reivindicaram que o limite do Parque fosse balizado. Os gestores levaram essa preocupação ao IBAP. Porém, na altura, o IBAP afirmou que não dispunha de condições para responder a tal exigência pois os materiais eram muito custosos. O Parque criou condições no sentido de levar uma equipa constituída pelos seus agentes, junto dos representantes dos pescadores com o objetivo de lhes dar a conhecer os limites da área marinha do Parque. Contudo, as associações APESBIRCA e Ndjonande não tomaram parte nessa visita devido ao conflito que se vivia. Para o entrevistado, agente do Parque, “os pescadores sempre apresentam os seus problemas e nós os resolvemos. O único que nós não conseguimos resolver foi o de comprar boias para o balizamento dessas áreas devido à falta de meios”.¹⁵

Foi a partir daquele momento que os associados de APESBIRCA fizeram protestos junto da Assembleia Nacional Popular e da sede do Governo em Bissau. Apesar disso, não conseguiram travar o plano de gestão do Parque, pois esse processo contou com o apoio do próprio Ministério das Pescas. Por isso, os pescadores não conseguiram impedir a implementação das regras de pesca e do período de defeso biológico. O processo contou igualmente com o apoio da Rádio Voz do Rio Cacheu através de um programa que tratou exclusivamente do Parque e das suas regras.

Houve uma tentativa do Parque de incluir os pescadores das três associações na equipa de fiscalização visando melhorar a gestão dos recursos haliêuticos e resolver parte dos conflitos entre as partes. Parece que houve uma melhoria no relacionamento entre os pescadores e o Parque, uma vez que hoje já não se verificam reivindicações com a mesma veemência que anteriormente, em particular no que se refere aos associados da APESCA, contudo, ainda assim, estes pedem revisão das regras de pesca no limite do Parque.

O agente do Parque entrevistado mencionou o exemplo de espécies importantes para a conservação, como o peixe-serra (*Pristis pristis*) que, segundo ele, está em vias de extinção.¹⁶ Muitos inquiridos afirmaram nunca o ter visto ou capturado. O Parque tem também dado atenção a espécies como o *kasapai*, golfinhos, hipopótamos, tartarugas marinhas, tubarões e espécies sobre as quais o CIPA elabora estudos de avaliação e de monitorização, como no caso da corvina ou *ohai*, *bekuda* e barbo. O Parque proíbe a captura do peixe-serra, hipopótamo, golfinhos, crocodilos, manatins, *kasapai*, tubarões e tartarugas marinhas. No que concerne à captura destas espécies, ela é proibida e quando acontece tratam-se de capturadas acidentais. Em alguns casos é o próprio pescador que se faz apresentar com o animal junto dos

¹⁵ *Elis sempri e apresenta se prublemas i no resolvi. Uniku kil ki no ka resolvi i purblema di boias pa limitason di arias di Parki pabia di falta di meio.*

¹⁶ *Pristis pristis* tem estatuto de Criticamente Ameaçado segundo a Lista Vermelha de Espécies da UICN (<https://www.iucnredlist.org/species/18584848/141788242>).

agentes do Parque. Estes, por sua vez, segundo os entrevistados, tiram-lhe fotografias, fazem medições e autorizam o consumo do animal pelo pescador que o capturou.

Discussão

Os pescadores artesanais residentes no Parque exercem há muitos anos a atividade de pesca, a maioria começou a pescar ainda na adolescência, o que significa que têm um vasto conhecimento etnoecológico das áreas que visitam. No âmbito da subsistência, existe uma forte ligação ao mar visto que, na sua maioria, ao longo da sua vida, estes pescadores apenas vivem das atividades ligadas à extração de recursos marinhos.

As faixas etárias dos pescadores mais representadas situam-se entre os 20 e os 49 anos, com maior incidência dos 30 aos 39 anos. Esta distribuição etária confirma o afirmado por Sá (2017, p. 166): “há uma tendência geral de encontrar pescadores nessa faixa etária [36-45 anos] atuando nas pescarias artesanais de todo o país”. A pesca é praticada por indivíduos do sexo masculino, e a maior parte dos pescadores residentes no PNTC são nacionais. Porém, há pescadores oriundos dos países vizinhos (Senegal, Guiné-Conacri e República da Gâmbia). A maioria tornou-se pescador por meio dos saberes que se vêm reproduzindo dos mais velhos para os mais novos.

Num trabalho similar sobre a pesca artesanal na bacia do Rio Buba, foi reportado que, assim como em Cacheu, também existe pouca variedade nos apetrechos de pesca. Ali, dentre as artes de pesca mais utilizadas na atividade pesqueira, destacam-se a rede de *teinha* (*Mugil* sp.) e *djafal* (*Ethmalosa fimbriata*) considerada como rede de emalhar, a rede de *bekuda* (*Sphyraena afra*) e *barbu* (*Polydactylus quadrifilis*), a armadilha ou palangre de anzóis para a captura de *bagri* (*Arius* ssp.), linha e anzol (Sá, 2017).

Os pescadores levam uma vida de subsistência, a maioria não possui habitação própria e enfrentam problemas de vária ordem, incluindo a diminuição das capturas, o aumento do número de pescadores e embarcações, e falta de um seguro-defeso durante o defeso biológico como se verifica em outras partes. Por exemplo, de acordo com Mendonça (2006), sobre a influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas no Brasil, uma vez impedidos de praticar a pesca durante três meses por ano, foi concedido aos pescadores artesanais cadastrados o benefício de um seguro-desemprego, na forma do seguro-defeso. Tal benefício representa uma compensação mínima e não permanente mas que assegura algum rendimento nos meses do defeso biológico. Seria relevante implementar esta política no contexto do PNTC.

As perspetivas dos pescadores sobre a gestão do PNTC baseiam-se na ideia de que qualquer ser humano precisa de se alimentar. São proibidos de pescar com

certos materiais que se consideram prejudiciais para a prática de pesca bem como para os ecossistemas aquáticos como é o caso da rede monofilamento, a qual grande parte dos inquiridos diz já ter abandonado, isto apesar de ser a mais barata, resistente e fácil de se obter.

Certos aspetos continuam em contestação, como por exemplo, a redução do número de boias centrais, o período de defeso de três meses, problemas relacionados com os documentos obrigatórios para as canoas, proibição do corte de mangal, utilização de rede monofilamento, entre outros.

Os pescadores reconheceram a importância da gestão e conservação dos recursos naturais pois se não forem bem geridos, a futura geração não vai conhecer muitas das espécies. Os pescadores reconhecem o Parque como uma instituição que tem vindo a gerir os recursos de uso comum com o objetivo de garantir a sua sustentabilidade. Tanto os pescadores artesanais inquiridos como os entrevistados reconhecem o papel que desempenha o mangal na luta contra a erosão costeira, tal como na reprodução, alimentação, crescimento e refúgio de muitas das espécies. Com a institucionalização do Parque houve mudanças progressivas no repovoamento e conservação dos mangais. Trabalho este que é reconhecido pelos pescadores residentes devido à importância ecológica desses ecossistemas. A sustentabilidade da pesca depende diretamente desse mesmo equilíbrio.

Para Maia (2014) a sustentabilidade da pesca artesanal depende de pilares estratégicos, entre os quais: o ambiente de captura e conhecimento local, ordenamento, infraestrutura de apoio e de pesca, novas tecnologias e influência antrópica. Apesar de estar regulamentada, ainda se pode melhorar as condições de pesca no PNTC, incluindo a resolução dos motivos de tensão entre Parque e pescadores. A falta de comunicação entre o Parque como instituição e as associações de pescadores artesanais compromete uma gestão voltada para a sustentabilidade da pesca e para a garantia da melhoria das condições de vida dos pescadores. Houve falta de entendimento aquando da criação do Parque e isso levou os pescadores a entenderem que foram ludibriados, o que resultou em conflitos e na ineficácia do processo de implementação de várias políticas por parte do Parque. Um exemplo específico desses conflitos entre as partes dentro do limite do Parque é que um grande número de pescadores se queixa da limitação das atividades de pesca nas áreas consideradas tradicionalmente para a pesca.

Ainda assim, os pescadores reconhecem o PNTC como uma área de conservação da biodiversidade de importância ecológica, particularmente por se ter regulamentado a pesca dentro dos seus limites. A gestão da pesca no PNTC não tem sido completamente eficaz em função de alguns fatores, tais como como a limitação de recursos humanos e materiais com que se depara o Parque, a falta de formação aos pescadores artesanais residentes e a falta de seguro-defeso durante o período em

que a pesca é condicionada. Desta forma, a instituição está longe de alcançar os resultados no que concerne à gestão e conservação dos recursos.

Para o IBAP (2014, p. 18) os pescadores das outras nacionalidades são “possuidores de tecnologias mais avançadas e de hábitos mais predatórios do que os guineenses. Pescadores artesanais senegaleses e de outros países da região invadiram todo o litoral”. Pescam em grandes pirogas, possuem longas redes e defumam peixe cortando madeira do mangal em larga escala. O Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (1997) atribui a culpa da exploração abusiva dos recursos haliêuticos aos imigrantes ou aos guineenses que voltaram ao país como os principais responsáveis. Contrariamente ao PNUD (1997), Intchama e Araujo (2010) referem que os recursos marinhos do país têm sido explorados de forma intensa pelos países vizinhos e por países da União Europeia (UE). A avaliação da (in)sustentabilidade da pesca levada a cabo pela UE não recebe a mesma atenção do que a praticada pelos pescadores artesanais. Esta disparidade na regulamentação e fiscalização dos dois tipos de pesca foi referida pelo inquiridos e merece atenção.

Referências bibliográficas

- Aguiar, W. M. de, & Ítavo, L. C. V. (2014). A tragédia dos comuns e sua influência para a sustentabilidade. *Anais do Encontro de Iniciação Científica*, 6, pp. 1-15.
- Araujo, L. G. (2014). *A pesca costeira artesanal de Paraty, RJ: Uma análise multiescalar sob o enfoque da cogestão de recursos comuns*. Dissertação de pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Ballesteros, V. H. M., & Alcoforado, I. G. (2009). Trágedia dos commons e os direitos de propriedade: Com Hardin, além de Hardin. VIII *Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Mato Cuiabá, Grosso, Brasil.
- Barri, I. (2008). *Recursos pesqueiros, estuarinos e marinhos da Guiné-Bissau*. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Barros, A. R., Vaz, A. C., & Cardoso, L. (2013). *Manual ambiente e conservação*. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).
- Belchior, C. de C. (2008). *Gestão costeira integrada: Estudo de caso do projeto ECO-MANAGE na região estuarina de Santos-São Vicente, SP, Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cabral, J. P. (2015). *El sector pesquero artesanal de Guinea Bissau*. Dissertação de mestrado, Universitat d’Alcant, Alicante, Espanha.
- Chagas, M. A. (2013). *Biodiversidade e áreas protegidas em diferentes escalas: Do Zé Colmeia ao açai com tapioca*. Editora UNIFAP.

- Clauzet, M. (2009). *Etnoictiologia e uso de recursos naturais por pescadores artesanais costeiros no Brasil*. Dissertação de pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Cortez, C. S. (2010). *Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da área de proteção ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- CSRP. (2016). Guiné-Bissau. *Commission Sous-Régionale des Pêches*. <https://spcs-rp.org/pt/guin%C3%A9-bissau>
- Dias-Neto, J. (2010). *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. IBAMA.
- Diegues, A. C. S. A. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Editora Ática.
- Dietz, T., Ostrom, E., & Stern, P. C. (2003). The struggle to govern the commons. *Science*, 302(5652), 1907–1912.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas.
- IBAP (Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas). (2014). *Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau (2014-2020)*. Autor.
- Intchama, J. F., & Araújo, R. C. (2010, 25-28 de julho). Análise da produção e economia do setor pesqueiro na Guiné-Bissau, costa ocidental da África. *48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural* (pp. 1-19), Campo Grande, Brasil.
- Joventino, F. K. P., Johnsson, R. M. F., & Lianza, S. (2013). Pesca artesanal na Baía de Ilha Grande, no Rio de Janeiro: Conflitos com unidades de conservação e novas possibilidades de gestão. *Política & Sociedade*, 12(23), 159-182.
- Maia, I. de S. (2014). *Sustentabilidade e gestão da pesca artesanal na costa do Semiárido Potiguar (RN), Brasil*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia*. Atlas.
- Mattos, P. P., Nobre, I. de M., & Aloufa, M. A. I. (2011). Reserva de desenvolvimento sustentável: Avanço na concepção de áreas protegidas? *Sociedade & Natureza*, 23(3), 409–422.

- Mendonça, S. A. T. (2006). *A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: O caso da pesca artesanal do rio São Francisco*. Dissertação de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Mesquita, F. P. de. (2013). *Etnoecologia: Percepção e resiliência sobre o uso dos recursos pesqueiros e tecnologias de pesca em Paraty, RJ*. Dissertação de mestrado, Universidade Santa Cecília, Santos, Brasil.
- Moretz-Sohn, C. D., Carvalho, T. P., Silva Filho, F. J. N., Gastão, F. G. da C., Garcez, D. S., & Soares, M. de O. (2013). Pescadores artesanais e a implementação de áreas marinhas protegidas: Estudo de caso no nordeste do Brasil. *Gestão Costeira Integrada*, 13(2), 193–204.
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UAB/NTE/UFMS.
- PGPNTC. (2008). *Plano de gestão do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu*. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), Bissau, Guiné-Bissau.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (1997). *Estratégia e plano de acção nacional para a biodiversidade*. Autor.
- Regulamento Interno. (2011). *Regulamento interno do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu*. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), Bissau, Guiné-Bissau.
- Ramsar. (2015). *Guinea-Bissau: Parc Naturel des Mangroves du Fleuve Cacheu (PNTC)*. Ramsar Information Sheet. <https://rsis.ramsar.org/ris/2229>
- Sá, G. G. (2017). *Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África: Uma abordagem multidimensional*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Santos, T. M. A. dos. (2017). *Desenvolvimento local em tempos de globalização: O caso do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (Guiné-Bissau)*. Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.
- Santos, E. A., Aragão, M. C. O., & Souza, R. M. e. (2012). Tecendo as redes entre natureza e sociedade: Os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 1(1), 5–25.
- Scherl, L. M., Wilson, A., Wild, R., Blockhus, J., & Franks, P. (2006). *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?* UICN.
- SEA, Secretaria de Estado do Ambiente. (2019). *Sexto relatório nacional sobre a diversidade biológica da República da Guiné-Bissau*. Secretaria de Estado do Ambiente. Bissau.

- Silva, A. E. D. da. (2010). *Percepção ambiental e otimização do uso dos recursos pesqueiros por pescadores artesanais no Município de Lucena, PB*. Dissertação de licenciatura, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. USFC.
- Silveira, C. D. da. (2011). A pesca artesanal no contexto português: O conhecimento local na solução de conflitos. *Tempos Históricos*, 15(2), 383–404.
- Sobrino, I., Intchama, J., & Rodríguez, S. (2017). *Relatório da reunião anual do Comité Científico Conjunto sobre o acordo de pesca entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia*. Instituto Espanhol de Oceanografia (IEO).